



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D E A P O I O A O S V E R E A D O R E S D O P C P

Moção 52/2020

Pela recuperação da actividade nos cuidados de saúde primários

Os utentes e as populações enfrentam atualmente inúmeras dificuldades no acesso aos cuidados de saúde primários, designadamente dificuldade no contacto telefónico com o centro de saúde, devido à falta de assistentes técnicos para assegurar este serviço; impossibilidade de marcação de consultas com o seu médico de família; horas intermináveis de espera do atendimento à porta do centro de saúde; consultas ao postigo, à janela ou por telefone.

Apesar de no início de maio ter sido decidida a recuperação dos cuidados de saúde suspensos no período inicial da epidemia, nos cuidados de saúde primários registam-se ainda muitos atrasos.

De acordo com a informação disponibilizada no Portal da Transparência do SNS, de janeiro a julho de 2020 há uma redução de 4,6 milhões de consultas médicas, quando comparado com o período homólogo de 2019 (o que corresponde a uma redução de 38%) e há uma redução de 2,35 milhões de contactos de enfermagem no mesmo período (o que corresponde a uma redução de 21%).

Os Vereadores do PCP, compreendem o adiamento de atos de saúde programados não urgentes no início da epidemia, uma vez que era preciso organizar o Serviço Nacional de Saúde para responder a uma situação imprevista, no entanto não se entende que não se tenha retomado a atividade nos cuidados de saúde primários, quando estes são a porta de entrada no SNS. Se a porta está encerrada ou apenas entreaberta, é o acesso à saúde que está colocado em causa.

Os cuidados de saúde primários são fundamentais no acompanhamento dos doentes crónicos, no rastreio e no diagnóstico precoce.

A situação dos cuidados de saúde primários agravou-se nos últimos meses devido ao aumento do número de utentes sem médico de família. Segundo os dados do Portal da Transparência do SNS, no



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D E A P O I O A O S V E R E A D O R E S D O P C P

final de agosto de 2020 havia 953 mil utentes sem médico de família (mais de 60.000 no concelho de Lisboa), quando no final de 2019 estavam registados 730 mil utentes sem médico de família. Em oito meses verificou-se um aumento de mais de 200 mil os utentes sem médico de família.

Neste período os cuidados de saúde primários e os seus trabalhadores acompanharam por contacto telefónico os doentes com covid 19 no domicílio, mas é fundamental que as extensões e centros de saúde possam recuperar a atividade assistencial, nomeadamente a realização das consultas com os médicos de família, as consultas de saúde materna e de saúde infantil, as consultas de planeamento familiar, as consultas de diabetes, os rastreios de doenças oncológicas.

É, pois, necessário que o Governo adote um plano de recuperação da atividade dos cuidados de saúde primários e reforce o investimento a este nível.

Os Vereadores do PCP propõem que a Câmara Municipal de Lisboa, reunida na sua sessão ordinária de 15 de Outubro de 2020, nos termos da alínea u) do nº 1 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, bem como ao abrigo do disposto no art.º 4º do Decreto-Lei nº 24/98 de 26 de Maio, delibere instar o Governo:

- a. À reabertura de todas as extensões e centros de saúde;
- b. À contratação de profissionais de saúde, nomeadamente de médicos e enfermeiros de família, psicólogos, assistentes técnicos e assistentes operacionais;
- c. À dotação de mais profissionais de saúde para reforçar as diversas unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), em particular as Unidades de Recursos Assistenciais Partilhados, as Unidades de Cuidados na Comunidade;
- d. À promoção e valorização das especialidades médicas de medicina geral e familiar e de saúde pública junto dos estudantes de medicina;
- e. À modernização das redes de comunicações das extensões e centros de saúde, em particular das comunicações telefónicas e eletrónicas;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D E A P O I O A O S V E R E A D O R E S D O P C P

- f. À criação de um regime excecional de incentivos à recuperação da atividade assistencial nos cuidados de saúde primários;
- g. Ao alargamento do horário de funcionamento das unidades dos cuidados de saúde primários;
- h. À articulação com as unidades hospitalares para a realização de exames complementares de diagnóstico e terapêutica prescritos pelo médico de família;
- i. À aquisição do material clínico necessário para a adequada prestação de cuidados de saúde aos utentes.

Lisboa, 15 de Outubro de 2020

Os Vereadores do PCP

Ana Jara

Deolinda Machado